



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 17/2016**

**SEI Nº. 50990-07.2014**

**IMPUGNANTE: LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A**

**I – DO RELATÓRIO**

A empresa LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A apresentou impugnação ao ato convocatório do Pregão Eletrônico nº. 17/2016, requerendo a análise da impugnação e concessão de efeito suspensivo.

A empresa LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A, requer em síntese:

- 1) Que seja revista a motivação de realização do procedimento licitatório;
- 2) Que sejam especificadas as informações necessárias para a realização de integração do sistema de gestão patrimonial e de manutenção das urnas com a solução a ser adquirida no presente objeto;
- 3) Exclusão da exigência do Sistema Operacional Windows nos dispositivos de leitura do RFID ou que sejam justificadas as razões de ordem técnica ou econômica na seleção do Sistema Operacional;
- 4) Exclusão da exigência de habilitação de declaração de vistoria emitida pelo TRE-TO;
- 5) Deferimento da Impugnação com base na segurança jurídica.

É o relatório no que interessa.

**II – DA ANÁLISE**

Inicialmente, convém mencionar que as impugnação apresentada pela empresa foi enviada via email na data de 15/04/2016, ou seja, dentro do prazo de até dois (02) dias úteis anteriores à sessão pública, que tem data de abertura prevista para o dia 19/04/2016, e seguiu o rito estabelecido no instrumento convocatório.

Nesses termos, **recebo o pedido de impugnação** e passo à análise de suas razões.

## 1) DA MOTIVAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – ITEM 2.2.2. DO TERMO DE REFERÊNCIA

O item 2.2.2 do Termo de Referência informa que:

*"2.2.2. A Gestão dos Ativos de TI tem sido realizada com o apoio de dois sistemas informatizados: o sistema de gestão de patrimônio (Linkdata - ASI) e o sistema de Controle de Manutenção das Urnas (Logus Web), porém esses sistemas ainda não utilizam a tecnologia RFID, vantajosa e importante para agilizar a identificação, localização, registro da movimentação dos bens, bem como, dos procedimentos de manutenção e controle das urnas eletrônicas."*

No entanto, argumenta a Impugnante que *"(...)tal assertiva é inverídica ao menos quanto ao sistema ASI, fornecido pela Link Data (presente impugnante). O sistema ASI passa por contínuas melhorias, incluindo a mais recente delas que possibilita a interação com aplicativos de coletores de RFId homologados no ASI. Inclusive tendo apresentado estimativa comercial de inclusão de solução de RFID ao TSE - Tribunal Superior Eleitoral."*

Requer sejam realizadas alterações na motivação do projeto e sejam revistos os serviços que terão real necessidade de contratação.

A Seção de Voto Informatizado e Urnas Eletrônicas (SEVUE) prestou os seguintes esclarecimentos:

*"Acontece que essa funcionalidade não consta no módulo ASI Patrimônio do TRE-TO e nem no sistema Logus Web.*

*Entramos em contato pelo telefone com a empresa Link Data e nos foi informado que não tinham previsão de disponibilização desta funcionalidade.*

*Além disso, temos uma resposta por email ao questionamento nosso sobre tal tecnologia, por parte do Sr. Ronaldo Paixão, Analista de Suporte da empresa Link Data Informática e Serviços S.A. no dia 28/07/2014 às 14:16, conforme texto abaixo copiado do email:*

*'Prezado Sr. Alysson Bruno:  
Informamos que a ferramenta para se trabalhar com RFID, está em desenvolvimento pela Link Data, porém, ainda não existe um prazo definido para término.'*

*Utilizamos para fazer inventários o leitor Compex CPX8000 o qual tem uma aplicação que roda em Windows CE se comunica com o ASI. O referido leitor apenas lê código de barras e não tem a funcionalidade RFID UHF.*

*Diante do exposto, afirmamos que no contrato com a Link Data referente ao TRE-TO não consta a funcionalidade da tecnologia RFID e que o sistema Logus Web também não possui esta funcionalidade."*

Dessa forma, não assiste razão à recorrida.

## 2) DA NECESSIDADE DE SE ESPECIFICAR OS ASPECTOS TÉCNICOS REFERENTES À INTEGRAÇÃO DA NOVA SOLUÇÃO A SER ADQUIRIDA E DO

## SOFTWARE DE GESTÃO PATRIMONIAL E MANUTENÇÃO DE URNAS ATUALMENTE UTILIZADOS NO TRE-TO

O item 2.2.3 do Termo de Referência informa que:

*"2.2.3. A aquisição em pauta visa solucionar os atuais problemas enfrentados pelas áreas responsáveis pela Gestão dos Ativos de TI e Manutenção das Urnas Eletrônicas, a partir da utilização de solução, compatível com a infraestrutura de TI existente no TRE-TO, composta por middlewares e softwares aplicativos específicos, conectados a dispositivos RFID UHF "móveis" e fixos", comunicando com as bases de dados utilizadas pelo sistema de gestão de patrimônio (Linkdata - ASI) e o sistema de Controle de Manutenção das Urnas (Logus Web)."*

Argumenta a Impugnante que, *"(...)é vital para a contratação, que sejam inseridas as informações técnicas que garantam a integração dos sistemas, bem como para que se exija como requisito de qualificação técnica a apresentação de atestado que comprove a experiência anterior das licitantes na execução de atividades de integração com outros softwares legados. Tendo em vista que sem a comunicação da solução de RFID com a solução ASI, o investimento poderá ser frustrado, tornando então a parte de maior relevância deste certame a comunicação entre as soluções."*

Requer sejam especificadas as informações necessárias para a realização de integração do sistema de gestão patrimonial e de manutenção de urnas.

Quanto a este aspecto, a SEVUE prestou os seguintes esclarecimentos:

*"Ocorre que o texto do item 2.2 Motivação, contextualiza as nossas necessidades, no entanto as especificações técnicas são tratadas nos itens listados abaixo in verbis:*

*"4.1.2.8.1 integração com sistemas de gestão de patrimônio e de manutenção das urnas, via Webservices utilizando arquitetura REST ou SOAP*

*4.3.2.5 O software aplicativo deve processar e manter os dados recebidos do middleware em banco de dados local e em paralelo enviar/receber dados através de webservice utilizando REST ou SOAP.*

*4.3.2.6 O software aplicativo deve permitir o recebimento de comandos com parâmetros para o middleware via webservice utilizando REST ou SOAP e por meio de uma interface gráfica.*

*5.1.1.1.3.2 Permitir a integração com outros sistemas, tais como gestão patrimonial e controle de manutenção de urnas eletrônicas, utilizando para isso serviços Web (webservices).*

*5.1.1.1.4 Os dois softwares utilizados para acessar os dispositivos RFID UHF "móveis" e "fixos" devem operar de forma integrada e comunicando com os softwares de gestão de patrimônio e de controle da manutenção das urnas eletrônicas via webservice, com o propósito de facilitar e agilizar os procedimentos de inventários, localizações, e de registro da movimentação de bens de patrimônio, principalmente dos "ativos de TI", tais como, as urnas eletrônicas e outros ativos de TI.*

*5.1.1.1.6 O software aplicativo utilizado para acessar os dispositivos "fixo" deve, mais especificamente, dispor de funções para registro da movimentação de cada um dos bens do patrimônio do TRE-TO, armazenamento local e envio dos dados via webservice, desde que tais bens estejam munidos de plaquetas ou Tags RFID UHF;*

*5.1.1.1.7.1 manter informações relacionadas aos bens de patrimônio, em armazenamento local e envio dos dados via webservice;"*

*As urnas eletrônicas já possuem o chip RFID com o patrimônio gravado nelas.*

*As leituras dos patrimônios feitas pelos leitores fixos e móveis serão enviadas para o webservice via REST ou SOAP.*

*Não existe a necessidade das aplicações de RFID terem acesso aos sistemas ASI e Logus Web para realizarem as atividades propostas, desta forma não se vislumbra a possibilidade de frustração do investimento conforme informado pelo impugnante."*

Logo, como o Termo de Referência prevê a integração da nova solução a ser adquirida e do software de gestão patrimonial e manutenção de urnas, não merece ser acolhido o requerimento da Impugnante.

### **3) DA ALEGADA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE – ITENS 4.1.1, “n”, 4.2.1.1 E 4.3.1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA**

A alínea "n" do subitem 4.1.1., subitem 4.2.1.1. e subitem 4.3.1.2. do ANEXO I – Termo de Referência assim dispõem:

*4.1.1. "n) licença de uso genuína do sistema operacional Windows: "CE" ou "Mobile" instalada,*  
*"*

*(...)*

*4.2.1.1. "Middleware desenvolvido para funcionar a partir de sistema operacional windows "CE" ou "mobile. "*

*(...)*

*4.3.1.2. "O software aplicativo denominado "aplicativo MOBILE" deve ser operado a partir dos "coletores de dados portáteis RFID UHF", instalado a partir de sistemas operacionais: Windows ("CE" ou "Mobile"), deve permitir que seus usuários agilizem e melhorem a qualidade dos procedimentos de localização, inventário e de registro da situação de cada item de patrimônio (inventários locais e remotos), com treinamento, suporte técnico e manutenção."*

Argumenta a Impugnante que “(...) que não há esta justificativa no presente edital ou a indicação de que se aceitará produtos similares ao "Windows", portanto, manter tal exigência, fere gravemente os princípios da Licitação Pública, já que foi considerada uma única marca para os equipamentos que são objeto deste certame. Este quesito compromete a ampla concorrência, uma vez que outras tecnologias podem assegurar com total competência a qualidade do objetivo a ser alcançado.”

Acerca deste item, a SEVUE prestou a seguinte informação:

*“Ocorre que, no item 4.1.1 é descrito um Dispositivo RFID UHF “móvel”, ou seja, um equipamento com uma série de itens de configuração, dentre estes itens é exigido licença genuína e instalada no dispositivo do sistema operacional Windows.*

*Neste caso não está sendo restringida a competitividade, pois, não é solicitada marca para o equipamento solicitado, inúmeros equipamentos de vários fabricantes atendem aos itens de configuração solicitados.*

*Como nos microcomputadores, o Sistema Operacional Windows em dispositivos coletores de dados portáteis é o Sistema Operacional mais utilizado. Os principais fabricantes de coletores portáteis fornecem dispositivos com o sistema operacional solicitado, podemos citar ALIEN, INTERMEC, IMPINJ, MOTOROLA e NHP, todos disponibilizam equipamentos com o sistema operacional Windows conforme solicitado.*

*Como na compra de um microcomputador, solicitar o sistema operacional não restringe o mercado, apenas determina a qualidade e padrão do produto ofertado.*

*Abrir mão da exigência do sistema operacional poderá prejudicar a competitividade permitindo o fornecimento de equipamentos de qualidade inferior, pois não há como especificar, nem mesmo aferir a qualidade do sistema operacional a ser fornecido."*

Logo, não podem ser acolhidos os argumentos da Impugnante nesse ponto.

#### **4) DA ALEGADA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE – ITEM 9.2.4 DO EDITAL**

O item 11.1 do Edital dispõe que:

*"9.2.4. declaração de vistoria emitida pelo TRE-TO (Anexo VII) ou declaração da LICITANTE de que conhece as condições locais para a execução do objeto do contrato (Anexo VIII);"*

Aduz a Impugnante que *"Tornar obrigatório a declaração de vistoria além de pouco efeito prático, abre brechas prejudiciais para a execução plena do certame em questão."*

Requer seja acolhida a Impugnação para que seja retirada referida exigência ou acrescida declaração da própria licitante de que está ciente das condições estabelecidas em edital.

Contudo, não cabe razão à Impugnante visto que o texto do item 9.2.4 do edital é bem claro ao apresentar alternativa às licitantes quanto à apresentação de declaração de vistoria emitida pelo TRE-TO (Anexo VII) **OU** declaração da LICITANTE de que conhece as condições locais para a execução do objeto do contrato (Anexo VIII).

A SEVUE manifestou-se da seguinte forma:

*"Como pode ser visto no item 9.2.4 do TR, o que consta é a opção de "fazer a vistoria (Anexo VII)" OU que a licitante declare que conhece as condições locais para a execução do contrato (Anexo VIII).*

*Não consta em nenhum lugar do Termo de Referência, a obrigatoriedade de vistoria técnica por parte das empresas licitantes.*

*Além disso caso alguma empresa necessite de mais informações devem entrar em contato com a área responsável pela licitação ou na área técnica pelo email fornecido no edital (sevue@tre-to.jus.br).*

*Diante do exposto, os argumentos da empresa não devem ser acolhidos."*

Considerando-se o posicionamento do TCU, e levando-se em conta a adequação da regra editalícia em relação às normas que regem o assunto, entendemos que as disposições do instrumento convocatório não carecem de alteração.

## **5) DA SEGURANÇA JURÍDICA**

Informa a Impugnante que “(...)objeto da contratação deste pregão do TRE-TO possui características extremamente semelhantes à recentemente publicação de outro edital de licitação pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - TRE-BA, Pregão Eletrônico 006/2016, Processo Administrativo nº 0478/2015, Salienta-se, que o Edital do Pregão nº 006/2016 do TRE-BA foi impugnado por esta empresa que ora impugna também, por motivos semelhantes. A impugnação naquela oportunidade foi acatada pela autoridade competente, decisão exposta em anexo, havendo assim a sua suspensão para realizar as modificações necessárias. As irregularidades encontradas por esta impugnante e acatadas pela autoridade do referido certame do TRE-BA, foram praticamente repetidas neste edital de licitação pelo TRE-TO.”

Requer o deferimento da Impugnação sob o argumento de que os Tribunais são entidades de mesma equivalência e regidos pela mesma legislação.

Referido argumento não merece acolhimento, visto que o Edital impugnado foi elaborado em conformidade com os preceitos legais preestabelecidos, além de observar os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade.

## **III – DA DECISÃO**

Isto posto, conheço da impugnação interposta por tempestiva e, no mérito, manifesto pela sua improcedência.

Tendo em vista que não foram alteradas as disposições do edital do Pregão Eletrônico nº 17/2016, remarco o certame para o dia 27/04 às 15 horas.

Palmas, 22 de abril de 2016.

José de Oliveira Castro Junior

Pregoeiro do TRE-TO